

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E A CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS

Data de aceite: 01/11/2023

Luciano Silva Gomes

Paula Fernanda Menezes de Menezes

RESUMO: O artigo tem por objetivo dialogar com os conceitos de ideologia e utopia de Michael Löwy de sua obra “Ideologias e Ciência Social” e identificar ao longo da existência do curso de Serviço Social a influências desses conceitos. Também apresentar o desenvolvimento histórico do conhecimento filosófico no Brasil e suas influências na formação profissional. Além de ser uma homenagem a Faculdade de Serviço Social da UFPA. Ressalte-se que o texto se fundamenta da articulação dos conteúdos da disciplina Filosofia e Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Pensar Filosófico; Ideologia; Utopia e Serviço Social da UFPA.

1 | INTRODUÇÃO

Escrever sobre o Serviço Social no Pará, não é tarefa fácil, também devido ao contraditório exercício intelectual de relacionar filosoficamente as partes-aotudo e dar a esta análise uma conotação crítico-dialética para que o trabalho não

se perca (pelo menos tente não se perder) no caudaloso mar do senso comum, “onde tudo está dado, e é isso mesmo”.

Neste processo, não se pode perder de vista, até para não ser injusto, o reconhecimento (e agradecimento), ao professor Paulo Eleutério pelo hercúleo trabalho e visão da sociedade de sua época, que não mediu esforços, seja através de reuniões, de comissões e elaboração de documentos expondo a necessidade de criar uma escola de Serviço Social em Belém, justificando a sua importância para a “preparação de pessoal técnico indispensável às tarefas do Serviço Social no seio da classe e dos auxiliares do cenário existente”. Porém, seu Projeto não contou com o apoio de entidades do Estado, o que o levou a iniciar o empreendimento de forma autônoma, inaugurando a escola no dia 10 de abril de 1950.

Nos primeiros anos de funcionamento, a escola de Serviço Social passou por mudanças, a começar pelo seu reconhecimento pelo Ministério da

Educação no ano de 1957 através do Decreto 40.925, concedendo à escola a possibilidade de diplomar a primeira turma, e a sua vinculação à Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS). Ocorrerão, a mudanças de gerenciamento, passando a escola de um empreendimento familiar ao Instituto Ophir Loyola. Em seguida houve a sua integração a Universidade Federal do Pará no ano de 1963 através da Lei nº 4283. A referida lei, transferiu e integrou a escola de Serviço Social à Universidade Federal do Pará, gerando novos e contraditórios impactos à formação profissional.

O trabalho não intenciona fazer uma análise histórica do curso de Serviço Social e sua integração pela Universidade Federal do Pará. Mas a partir deste processo, apresentar os conceitos de Ideologia e Utopia e o desenvolvimento da Filosofia no Brasil analisado os acontecimentos referentes à dinâmica da profissão e os posicionamentos do curso frente a esse concreto, complexo de acontecimentos, exigindo direcionamentos teórico metodológica de cunho modernizadoras ou crítico transformadora (ressalte-se que a denominação “crítico” advém de seus fundamentos filosóficos).

Neste processo, o *modus operandi* do curso centrou-se nas opções teórico metodológicos e ético-políticos adotadas pelo Serviço Social (durante e após sua integração), através de Diretrizes Curriculares, Códigos de Ética e Leis de Regulamentações da Profissão. Ressalte-se que a pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou conhecer como historicamente os currículos do Serviço Social da UFPA, mudaram sua visão analítica ao longo de sua trajetória para formar profissionais critico-interventivos na região Amazônica, tarefa nada tranquila do ponto de vista das correlações de força e poder norteadas por visões políticas de mundo e de sociedade.

Conforme exposto, é fato que a primeira escola de Serviço Social na Amazônia brasileira foi idealizada e materializada a partir dos anseios e interesses particular, e de acordo com o entendimento de quem a criou, do lugar da futura profissão na divisão social e técnica do trabalho em Belém na época. Porém, para além deste feito pioneiro do professor Paulo Eleutério, o artigo apresenta como eixo de análise os itens: Ideologia e/ou Utopia no Serviço Social da UFPA, que busca descrever a partir da concepção de Michael Löwy a visão social de homens e mulheres no mundo dos docentes. E a Influência Filosófica no Curso de Serviço Social da UFPA, que descreve a evolução do pensar filosófico como crítica ao senso comum.

2 | DIALOGANDO COM OS CONCEITOS DE IDEOLOGIA E UTOPIA SEGUNDO LOWY

A intervenção do curso de Serviço Social da UFPA, a partir da elaboração dos planos de aula, da supervisão acadêmica, na gestão da Faculdade ou dos órgãos de representação profissional, estão atravessadas de visões sociais de mundo utópicas ou ideológicas que serão conceituadas neste item.

Ressalte-se que, o período pós integração do curso de Serviço Social à UFPA, foi intenso para a profissão, tanto no Brasil quanto na Europa e Estados Unidos por estar em pleno desenvolvimento o debate sobre a cientificidade e a universalização do Serviço Social, que culminou na superação do metodologismo (casos, grupo e comunidade) e dando início ao profícuo processo de reconceitualização da profissão, que de acordo com José Paulo Netto, ocorreu em vários países e de forma diferenciadas.

É neste processo que o termo ideologia ditado em prosa e poucos versos (pelos militantes de partidos e tendências de esquerda de todos os tempos), ainda é fascinante e atual, tornando-se um desafio ao próprio conceito de ciência em sua ainda pretensa concepção de neutralidade, principalmente nestes tempos de inteligência artificial. Daí o questionamento, sessenta anos de ideologia ou utopia?

De acordo com Michael Löwy, o termo ideologia foi literalmente inventado pelo filósofo Francês Destutt de Tracy, discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 o livro “Elementos d’Ideologia” que segundo o próprio, era um subcapítulo da Zoologia. Para ele a Ideologia é o estudo do comportamento dos sentidos, da percepção sensorial, através do qual se chegaria às ideias. O objetivo daquele filósofo, era fazer uma análise científica materializada da ideologia.

Em 1812, Destutt e seu grupo, discípulos do enciclopedismo francês entram em conflito com Napoleão Bonaparte, que em discurso atacava Destutt e seus amigos de ideólogos. Para Napoleão, esta palavra já tem um sentido diferente. Os ideólogos são metafísicos que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo.

Löwy, nos alerta para o contrassenso, Destutt de Tracy e seus amigos que queriam fazer uma análise materialista das ideologias, foram chamados de ideólogos por Napoleão, no sentido de especuladores metafísicos, daí, em face da correlação de força e poder, foi a maneira utilizada por Napoleão que teve sucesso e entrou para o linguajar corrente na época.

Quando Marx, na primeira metade do XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido dado por Napoleão, isto é, considerando os ideólogos aqueles metafísicos especuladores que ignoravam a realidade. É nesse sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1876 em seu livro “A Ideologia Alemã”.

Segundo Löwy, é esse o caminho tortuoso da ideologia: começa com um sentido atribuído por Destutt de Tracy, depois é modificado por Napoleão, em seguida retomado por Marx que, lhe dará outro sentido. Em a Ideologia Alemã, este conceito aparece como equivalente à falsa ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.

Marx, ao ampliar o conceito, expõe as formas ideológicas pelas quais os indivíduos tomam consciência da vida real. Ele enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas política e etc. Portanto, ideologia para Ele, seria um conceito acrítico, pejorativo que implica ilusão. Socialmente, o autor se refere a consciência deformada

produzida e reproduzida através da ideologia dominante, que são as ideias das classes dominantes ou ideologias dominantes nas sociedades capitalistas.

Para Löwy, o conceito de ideologia continua sua trajetória no marxismo, posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha sentido diferente: a de ideologia como qualquer concepção de realidade social ou política, vinculadas aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. É quando o termo passa a ser utilizado no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. É nesse contexto, que a ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo e negativo que tinha em Marx e passa a designar, qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculos com determinada posição de classes.

De acordo com Löwy, na sociologia, a tentativa de ordenação do termo, foi realizada por Karl Mannhein em seu livro *Ideologia e Utopia*. Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, legitimação ou reprodução da ordem estabelecida.

Portanto, são todas aquelas doutrinas que tem um caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntaria ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem socialmente estabelecida. Também, para Mannhein, utopias, ao contrário da ideologia, são aquelas ideias, representações e teoria que aspiram uma outra realidade ainda inexistente. Tem, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social estabelecida e se orientam para a ruptura. Desse modo, as utopias têm uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária.

Para Mannhein, ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno, é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas que são expressões de interesses sociais, vinculados às posições de grupos ou classes, podendo ser, conforme o caso, ideológico ou utópico. O autor utiliza para esse fenômeno, para esse conjunto vinculado à posição das classes sociais “ideologia total”.

Segundo Löwy, o conceito de ideologia na obra de Mannhein aparece com dois sentidos diferentes: ideologia total, que é o conjunto daquelas formas de pensar, estilos de pensamento, pontos de vista que são vinculados às posições sociais de grupos ou classes, e ideologia que em seu sentido estrito é a forma conservadora que essa ideologia total pode tomar, em oposição à forma crítica que ele chama de utopia.

De acordo com o exposto, Löwy, tentando evitar possíveis “confusões conceituais” advindas da concepção entre ideologia e utopia de Mannhein, parte desta distinção e desenvolve outras terminologias para se referir, tanto às ideologias quanto às utopias, e define o que há de comum esses dois fenômenos, denominando-os de “visão social de mundo”.

Para Löwy, as visões sociais de mundo seriam, todos aqueles conjuntos estruturados

de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjunto esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

De acordo com Löwy, as visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas quando servisse para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social de mundo, e visões sociais utópicas quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontasse para uma realidade ainda não existente.

O texto de Löwy em sua reconstrução histórica dos conceitos de ideologia e utopia nos possibilita enquanto docentes a reflexão da temática em questão, os sessenta anos do curso de Serviço Social, sua contribuição para a compreensão e intervenção na realidade, a visão de mulheres e homens e suas derivações no fazer o mundo, os lugares do trabalho e da intimidade na vida que segue, as instituições impregnadas de dor e amor, portanto reprodutoras da vida social, estando o fazer do assistente social inundado dessas significações.

A descrição da concepção histórica organizada por Löwy, possibilita no desenvolvimento da produção e análise das concepções teórico-metodológicas do curso de Serviço Social da UFPA ao longo de seus sessenta anos, nos fazer ler, compreender e interpretar para além do discurso do ser mantenedor, conservador, crítico e/ou transformador.

3 | A CONTRIBUIÇÃO FILOSÓFICA NA COMPREENSÃO DE IDEOLOGIA E UTOPIA NO SERVIÇO SOCIAL DA UFPA

Este item está fundamentado no Programa da Disciplina Filosofia e Serviço Social da Universidade Federal do Pará, e tem por objetivo apresentar a tradição filosófica historicamente determinada no Brasil e sua influência no curso de Serviço Social como indispensável para análise das determinações impostas à profissão pelo modelo econômico vigente, em sua atual versão financeirizada.

O curso de Serviço Social da UFPA, está fundamento no desenvolvimento do conhecimento filosófico no Brasil do final do século XIX e início do século XX, saber que se confunde com a própria história do país e da profissão. Pensar filosoficamente significa entender e buscar respostas para questões outrora pendentes ou insuficientemente explicadas. Daí o pensar filosófico na profissão não se conforma e nem se confunde com dogmas e doutrinas que se anuviam diante das correlações de forças, carecendo e limitando uma maior compreensão e análise da realidade.

No Serviço Social, os conhecimentos advindos da Filosofia, exige o rompimento com as estruturas do *sensu comum* (presente em todas as representações da vida social), para a percepção e compreensão de novos saberes, baseado não apenas na contradição entre racionalismo e empirismo, mas também no conhecimento epistemológico para a maior compreensão do pensar fazendo o mundo.

O pensamento filosófico confunde-se com a história da humanidade, inicialmente de

forma pouco sistematizada, mas de grande influência na vida orgânica da Polis (cidade). A Filosofia é um campo do conhecimento que estuda a existência humana e o saber por meio da análise racional. Do grego, o termo filosofia significa “amor ao conhecimento a sabedoria”. Os principais temas abordados pela filosofia são: a existência e a mente humana, o saber, a verdade, os valores morais, a linguagem, etc.

O florescimento da filosofia como práticas reflexivas, são apontados entre os séculos VII a V a.C., quando o ser humano começa a explicar os fenômenos e os fatos não mais através das vivências míticas transmitidas de gerações a gerações, e sim pelo exercício da racionalidade. Sua consolidação dar-se no desenvolvimento sócio histórico das relações humanas.

O conhecimento filosófico além de tratar de coisas extremamente teóricas, como questões ontológicas e metafísicas, na sua parte prática como a ética, ela nos ajuda a enfrentar os problemas do dia-a-dia. De acordo com Sócrates, a Filosofia tem como grande lema “o pensar por si mesma”.

A Filosofia Ocidental em seu desenvolvimento histórico está organizada em Antiga ou Clássica; Medieval; Moderna e Contemporânea. A primeira, surge na Grécia e se divide didaticamente em três períodos: o pré-socrático (séculos VII a V a.C.) denominada de fase naturalista; o socrático (século V a IV a.C.) a fase antropológica-metafísica e o helenístico (século IV a.C. a VI d.C.) a fase ética e cética.

A segunda (Filosofia Medieval), desenvolveu-se na Europa entre os séculos I e XVI d.C. Nesse período, foram construídas as bases teóricas do pensamento cristão que se caracteriza na união entre fé e razão, e se apresenta organizada em quatro períodos: a filosofia dos padres apostólicos (séculos I e II); a filosofia dos padres apologistas (séculos III e IV); a filosofia patrística (século IV até o VIII) e a filosofia escolástica (século IX até XVI), sendo a filosofia hegemônica do período medieval.

A terceira (Filosofia Moderna) se desenvolveu entre os séculos XV e XVIII. Foi também o período do surgimento da ciência como é compreendida na atualidade. Tendo como característica o estabelecimento da razão como respostas às questões humanas. As principais correntes filosóficas desse período foram: o Humanismo; o Cientificismo; o Racionalismo; o Empirismo e o Iluminismo.

A quarta e atual (Filosofia Contemporânea), desenvolveu-se entre os séculos XVIII e XX. Nesse período, muitas correntes filosóficas foram sistematizadas, como: o Marxismo; o Positivismo; o Utilitarismo; o Pragmatismo; o Neopositivismo; a Fenomenologia; o Niilismo; o Existencialismo; o Materialismo e o Estruturalismo. Também merece destaque a Escola de Frankfurt – Alemanha, responsável pela crítica à modernidade e criadora das bases para o pensamento desenvolvido no século XX.

Ressalte-se que o desenvolvimento da Filosofia enquanto despertar da razão humana passa por sucessivas alterações, de acordo com a ascensão de diferentes potências mundiais como a Grécia, berço da filosofia ocidental, a Macedônia, o Império Romano,

a Alemanha, a França, e Inglaterra e atinge grande parte do Continente Europeu. Onde foi estendido para outros continentes, posteriormente por consequência das colonizações. No caso específico da colonização do Brasil por Portugal, o pensar filosófico inicia-se em nossas terras, mesmo que timidamente, seguindo a perspectiva do país dominante.

3.1 A FILOSOFIA NO BRASIL: DO PERÍDO COLONIAL AO SÉCULO XIX:

Durante os quatro primeiros séculos do Brasil-Colônia, o que se entendia por filosofia não passava da transmissão, por parte dos missionários jesuítas, de modelos escolásticos em decadência na Europa, com fins explícitos e exclusivamente catequéticos, de manutenção e de promoção de uma ordem social.

O ensino da Filosofia na Colônia foi ministrado inicialmente pelos primeiros missionários, o que equivale dizer que era apenas ministrado um ensino de cunho religioso que visava aos interesses do clero e da implantação do idioma português. Os jesuítas foram hegemônicos no ensino da Colônia por aproximadamente 210 anos. Neste período construíram uma grande estrutura de ensino, com aproximadamente 36 missões, 17 colégios e seminários, e pequenos estabelecimentos de ensino instalados nas aldeias.

Também é no período colonial brasileiro que emerge Sebastião José de Carvalho e Melo o Marques de Pombal. Primeiro ministro português que durante o seu mandato, realizou muitas reformas tanto na Metrópole (Portugal) quanto nas colônias, sendo um opositor ferrenho dos Jesuítas. Sua reação contra esta Ordem religiosa foi bastante enérgica o que culminou com a sua expulsão de várias localidades, principalmente dos territórios colonizados.

O período de intervenção pombalino foi considerado de trevas para o conhecimento da Filosofia no Brasil, por se encontrar desprovido de um sistema de ensino sistematizado e por suas estruturas educacionais ser entregue a pessoas leigas. Mas, após este período, um tempo de construção e de expectativa surgiu trazendo novas visões filosóficas à Colônia.

Porém, somente com as transformações políticas e culturais brasileiras e internacionais ocorridas no século XIX, é que houve mudanças significativas na intelectualidade filosófica do país. A vinda da Corte de Portugal, e a abertura dos portos, que permitiram a chegada de novas ideias, e a facilitação das comunicações exerceram um papel fundamental na relativa atualização científica e literária da Colônia que se transformava em “Metrópole”.

Neste processo de abertura econômica e cultural às “nações amigas”, o Eclétismo se apresenta como o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. E se encontrava (ainda se encontra) plenamente adequado à inércia política daquela sociedade escravocrata, semi-patriarcal e seu espírito conciliador, as ideias dessa escola penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegou a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação.

O Eclétismo encontrou um ambiente tão receptivo a ponto de constituir-se, de 1840 a 1880, a primeira e única escola filosófica oficial do Brasil. A base do eclétismo brasileiro

encontra-se no pensamento do filósofo francês Victor COURSIN (1792-1867). O principal representante do pensamento Eclético no Brasil foi Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), figura de maior importância filosófica e densidade intelectual, por ter traduzido o Curso de História da Filosofia Moderna de Victor COURSIN para o português.

Outra importante escola filosófica foi o Positivismo, este foi o movimento filosófico europeu que mais influenciou o pensamento brasileiro. O positivismo penetrou no contexto histórico do Brasil na segunda metade do século XIX, marcado por ideais republicanos, pelo liberalismo político, pela luta para a abolição dos escravos, pelo ecletismo e pela ascensão de uma burguesia urbana, que vai ser decisiva na transição Império-República.

A influência positivista no Brasil foi tal que ocorreu em diferentes âmbitos e em diferentes lugares, desde a década de 1870, perpassando todo o século XX e estendendo-se até o século XXI, chegando inclusive a fixar-se no símbolo maior do país, a bandeira nacional, um dos lemas de Augusto Comte. Essa influência do positivismo se deu em vários setores da sociedade brasileira, como imprensa, parlamento, escolas, literatura e vida científica.

A filosofia política de inspiração positivista, cuja expressão acabada seria o castilhismo (movimento político gaúcho liderado por Júlio de Castilho), desempenha um papel central nos processos da Abolição da Escravatura, da Proclamação da República, da laicização do Estado e das instituições públicas, além da realização da justiça social e do progresso social.

Na área educacional, sua disseminação de maneira mais genérica deu-se nos documentos oficiais por decorrência das reformas educacionais de Benjamin Constant que atribuía enorme importância à educação. Inclusive o modelo escolar que vivenciamos em nossos dias é uma cópia fidedigna do projeto de educação padronizada, elaborada na seara da ciência do século XIX.

Ressalte-se que o positivismo no Brasil não foi (nem é) uma mera reprodução da filosofia de Comte, como a desenvolvida no cenário francês de sua origem, mas, uma versão influenciada pelo espírito eclético que marcava os intelectuais da segunda metade do século XIX, formadores de opinião dentro dos partidos políticos e das famílias de prestígios da época.

Assim, a recepção do positivismo no Brasil não se deu de forma homogênea, mas sim de forma bastante diversificada, deixando transparecer ao menos duas grandes formas de manifestações diferentes, que aqui chamadas de correntes *ortodoxa* e *a ilustrada*.

A corrente ortodoxa ou religiosa, que teve como principais representantes Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), os quais fundaram, em 1881, a Igreja Positivista Brasileira, com o propósito de fomentar o culto da “religião da humanidade”, proposta por Comte (1798- 1857), no seu Catecismo positivista, pressupunha uma hierarquia social com base no mérito moral, defendiam uma reforma da legislação civil visando passar para o Estado o registro dos casamentos, óbitos e nascimento, a abolição

da escravatura, dentre outras proposições.

No âmbito político, defendiam uma república ditatorial com supressão do parlamento e submissão do judiciário ao executivo (os atos do presidente Bolsonaro não são meras coincidências), exerceram forte influência nas forças armadas graças um de seus representantes mais proeminente, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), professor da Academia Militar e um dos chefes do movimento castrense que derrubou a monarquia em 1889.

O castilhismo, movimento político estruturado pelo influente estadista Júlio de Castilhos (1860-1903) e consolidado por Borges de Medeiros (1864-1961), representa a vertente política do movimento. Suas teses principais, alimentam um projeto nitidamente autoritário no âmbito político. O castilhismo consolidou-se como corrente política e teve voz ativa por cerca de quarenta anos no Rio Grande do Sul, nos demais estados foi praticada pelos coronéis locais. No plano nacional, Getúlio Vargas procurou implementar o castilhismo no Estado Novo (1937-1945).

A corrente ilustrada defendia o plano proposto por Comte na primeira parte da sua obra, até 1845, antes de formular a sua “religião da humanidade”, mas apesar da influência da doutrina comtiana, não fez dela uma profissão de fé, mas tentaram integrar alguns de seus princípios às questões do pensamento e da vida nacional. Diante do exposto, a escola positivista foi (e ainda é), em suas diversas tradições e campos de influência, uma das doutrinas mais abrangentes e persistentes no Brasil em todos os tempos de racionalidade filosófica.

Em contrapartida a abrangente e persistente racionalidade positivista, surge o movimento filosófico, sociológico e jurídico que passaria à história com o nome de Escola do Recife, este movimento foi uma clara reação contra as duas formas de pensamento que dominavam o panorama filosófico nacional nas últimas décadas do século XIX: o ecletismo espiritualista e o positivismo.

3.2 A FILOSOFIA NO BRASIL: DO INÍCIO DO SÉCULO XX

As primeiras décadas do século XX, caracterizadas pela crise de fundamentos que marcava não apenas a cultura brasileira, mas todo o mundo ocidental, a Filosofia foi obrigada a buscar seu estatuto próprio, sem desconsiderar o vínculo com seu enraizamento histórico. Neste processo, cabe destacar o papel histórico exercido pela Escola do Recife que, ao superar o cientificismo oitocentista vigente no país, possibilitou uma ruptura radical com estruturas e modelos de pensamento afeitos a um passado irrecuperável, abrindo novos horizontes ao pensamento filosófico brasileiro.

Um dos modelos que propunha compreensão e respostas à realidade brasileira no fim de século XIX, foi a corrente espiritualista e seus herdeiros os neotomistas, e representou a mais notável resistência ao tardio modelo otomista de representação da realidade fornecido pelo positivismo e suas derivações tardias na cultura europeia.

Raimundo de Farias Brito (1862-1917) é o mais importante pensador de tendência espiritualista no Brasil. Discípulo da “Escola do Recife”, combateu o positivismo, não a partir do neokantismo, como Tobias Barreto, mas a partir do espiritualismo, que estava em ascensão na Europa graças à meditação de Henri Bergson (1859-1941).

A via aberta por Farias Brito assumiu feição diversa. Embora este entendesse que a religião deveria evoluir no sentido de uma nova síntese, os que pela sua mão haviam aderido ao espiritualismo iriam converter-se ao catolicismo, motivados pela retomada do tomismo promovida pela Papa Leão XIII. À frente desse grupo achava-se a personalidade dinâmica e catalisadora de Jackson de Figueiredo (1891-1928).

Esse intelectual, apesar de não ter formulado uma rigorosa proposta filosófica como seu mestre (Farias Brito), teve o mérito de elaborar uma doutrina conservadora centrada nas ideias de ordem e de autoridade, que serviu de base teórica aos católicos para assimilar as instituições republicanas e estabelecer um diálogo fecundo com outras concepções políticas. Jackson de Figueiredo foi o criador da revista: *A Ordem* (1921) e fundador do Centro Dom Vital (1922).

O mais destacado representante da doutrina conservadora de Jackson de Figueiredo foi o padre Leonel Franca da Companhia de Jesus, esse espírito extremamente inquieto, elaborou um grande volume de trabalhos ao longo de sua curta vida (1896-1948), partindo do ponto de vista da defesa intransigente do catolicismo para uma classificação apologética dos filósofos.

Outros pensadores de inspiração católica desenvolveram perspectivas mais abertas. Dentre os que receberam a influência de Jacques Maritain (1882-1973) cabe mencionar Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Athayde) (1893-1983) e Leonardo Van Acker (1896-1986).

Amoroso Lima sistematizou na sua obra os princípios denominados de “humanismo cristão”, contraposto ao marxismo e ao existencialismo. Mantendo vivas suas inspirações neotomistas originais, com vasta produção literária, ele deixou mais de oitenta livros publicados, e não descuidou de nenhuma dimensão da cultura contemporânea, constituindo-se como um dos mais lúcidos filósofos cristãos do Brasil.

Leonardo Van Acker, belga de nascimento, adotou um ponto de vista neotomista para avaliar as filosofias contemporâneas e formulou uma concepção moderna do que seria o papel dessa corrente de pensamento no mundo de hoje, no sentido de que deveria se abrir à análise, sem preconceitos, de todas as tendências.

Outra tendência filosófica presente na reflexão brasileira da época em estudo, foi o culturalismo. Tobias Barreto, fundador da Escola do Recife e um dos principais nomes da filosofia brasileira do século XIX, foi o instaurador dessa corrente no Brasil, ao retomar a filosofia transcendental kantiana, (raiz mais profunda da filosofia culturalista), seguida de outros elementos da tradição idealista alemã.

A corrente culturalista recebe essa denominação por considerar que a cultura

configura uma esfera especial de objetos que se apresenta em uma situação privilegiada no âmbito da inquirição metafísica. Este movimento é de origem alemã e surgiu como tentativa de explicar questões deixadas em aberto por Kant e não respondidas pelo neokantismo.

No Brasil, a corrente culturalista surge como uma forma de contestação ao positivismo e à proposta de uma física social. Segundo este movimento o homem não é mais analisado dentro de uma visão determinista, mas inserto no mundo da cultura e encarado do ponto de vista da consciência. No país quem primeiro teceu considerações acerca da cultura foi Tobias Barreto de Menezes, fundador da Escola do Recife.

Essa evolução sobre o conceito de cultura deveu-se, principalmente às considerações de Kant e Hegel, segundo Barreto, o primeiro atentou para o fato de que a cultura seria o resultado da capacidade de escolher e, portanto, uma consequência da liberdade do homem, o segundo observou que a cultura é o produto da ação humana. Assim, para este autor, a cultura deve ser compreendida como forma de auto aperfeiçoamento do indivíduo, uma vez que passa a ser entendida como um sistema de forças que aponta para objetivos éticos.

Outro integrante da Escola do Recife foi Silvio Romero que fundou o denominado culturalismo sociológico. No entanto, esta vertente culturalista se distanciou da filosofia alemã e não conseguiu se desprender do conceito positivista. Sua produção foi voltada para a solidificação das bases da sociologia brasileira. A principal contribuição deste filósofo foi entender a vida como um universo em mudança. Assim, segundo Romero, a vida e a experiência eram processos distintos, mas que se encontravam no homem.

Ressalte-se que, apesar de pouco expressivo, o culturalismo sociológico serviu de elo entre o culturalismo de Tobias Barreto e a reflexão culturalista de João Alcides Bezerra que teve um importante papel no desenvolvimento culturalista brasileiro, ao retomar a preocupação com o *problema moral* na análise dos assuntos sociais, (com Bezerra, entendemos criticamente as ações da suposta classe média que por não ter um Projeto Político de Sociedade, se “enchafurda” com discursos de combate à corrupção, a exemplo da operação lava-jato e outras pérolas que só o moralismo, o positivismo e o ecletismo juntos e misturados são capazes de produzir).

3.2.1 A Filosofia Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB:

Dois anos depois da integração do curso de Serviço Social pela UFPA, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, Instituição Cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do

desenvolvimento nacional.

O ISEB foi um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia “nacional-desenvolvimentista” que impregnou todo o sistema político brasileiro desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, até a queda de João Goulart, em 1964. Sua difusão foi formulada principalmente por Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Néelson Werneck Sodré, feita não só através de cursos e conferências, como através da publicação de livros por uma editora própria.

Nesse projeto, o desenvolvimento era entendido como a condição de superação da estrutura colonial ou subdesenvolvida, alcançável somente através da industrialização crescente do país. A política de desenvolvimento só comportaria uma opção, a nacionalista, única capaz de conduzir à emancipação e à plena soberania.

A política de desenvolvimento nacionalista introduziria mudanças no sistema político, determinando a substituição das antigas elites dirigentes do país. A estrutura econômica desenvolvida teria que se apoiar numa nova liderança política, representada pela burguesia industrial nacional. A superação do subdesenvolvimento através da industrialização seria uma aspiração não só da burguesia industrial nacional, como também do proletariado, dos grupos técnicos e administrativos e da intelligentsia.

Os interesses desses grupos estariam em oposição aos interesses dos grupos ligados à economia de exportação de bens primários, cuja aspiração seria manter o status quo e reviver a importância política que haviam detido até a Revolução de 1930. Os desenvolvimentistas seriam favoráveis a uma política econômica liberal, destinada a reforçar o setor primário da economia.

A partir da identificação de dois grupos defendendo interesses divergentes, o ISEB propunha a formação de uma “frente única” integrada pela burguesia industrial, o proletariado, grupos técnicos da administração e intelectuais, ou seja, aqueles que buscavam uma solução para o subdesenvolvimento através de uma política de desenvolvimento industrial autônomo.

Essa frente única seria formada para lutar contra os oponentes à industrialização do país, representados pela burguesia latifundiária mercantil e pelo imperialismo. A luta seria travada, finalmente, entre nacionalistas e “entreguistas” — aqueles que tendiam a vincular o desenvolvimento do Brasil à potência hegemônica do capitalismo.

Devido a concepções diferenciadas do papel do capital externo e conflitos internos, o ISEB aderiu à ação de mobilização política, aliando-se a outros grupos nacionalistas, como a Frente Parlamentar Nacionalista, estudantes, sindicatos e o Partido Comunista Brasileiro, numa luta mais agressiva pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras, por uma política tendente a uma maior distribuição de renda, pela extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e pela transformação da estrutura agrária.

Os militares que depuseram o governo João Goulart em março de 1964 decretaram a extinção do ISEB em 13 de abril de 1964, pelo Decreto nº 53.884. Em seguida, foi

instaurado um Inquérito Policial-Militar na instituição. Foram arrolados nesse processo os presidentes Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e os ministros da Educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto. Ressalte-se que os estudos e concepções do ISEB foram importantes para o processo de diferenciação do projeto de sociedade, também arregimentado pelo Serviço social na época.

3.3 A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA E O SERVIÇO SOCIAL: POUCAS DETERMINAÇÕES E MUITAS SÍNTESES?

Este item apresenta as principais correntes filosóficas da contemporaneidade e suas possíveis contribuições diretas e indiretas à fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

- **O Neopositivismo:**

O neopositivismo, positivismo lógico ou ainda empirismo lógico é a corrente filosófica contemporânea que toma forma específica a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Círculo de Viena, desde 1922, de onde se expandiu para o resto do mundo. Partidários de uma postura anti-metafísica, em seu programa se encontra explicitamente colocada a intenção de se proporcionar um fundamento seguro às ciências, possível somente por meio da análise lógica de todos os conceitos e proposições (pode ser inserir neste grupo os defensores da ciência pela ciência muito tendente ao purismo).

No contexto da filosofia brasileira, o neopositivismo emerge como um esforço de superação do positivismo, sob a versão comtiana, ao mesmo tempo em que busca manter a validade das premissas epistemológicas que fundaram a tradição positivista. A crítica ao positivismo ortodoxo foi iniciada com o texto de Otto de Alencar (1874-1912). Alguns Erros de matemática na Síntese Subjetiva de Augusto Comte (1898).

Essa crítica se desenvolve com os trabalhos da Academia de Ciência, onde se destacou a ativa participação de Amoroso Lima (1885-1928) que fez com que o movimento ultrapassasse os limites da ciência, propriamente, voltando-se também para a filosofia das ciências e as ciências humanas por meio da atuação de intelectuais como Pontes de Miranda (1892-1978), Carlos Campos (1897-1968). Na atualidade, a obra de Leônidas Hegenberg assinala um novo momento de maturidade do neopositivismo brasileiro. Quanto a influência direta dessa corrente no Serviço Social é desconhecido seus principais pensadores.

- **A Fenomenologia:**

A corrente fenomenológica tem presença consolidada na filosofia brasileira da atualidade, servindo de ponto de partida para a reflexão, um número considerável de pesquisadores. O contato inicial com a fenomenologia husserliana se fez no bojo do contato geral com o neokantismo, mas torna-se relevante enquanto meditação filosófica somente

com Creuza Capalbo (Orientadora de Ana Augusta de Almeida maior divulgadora da corrente fenomenológica no Serviço social), e a nova geração de filósofos que se formaram em Louvain, Bélgica. Enquanto método de apreensão do objeto, a fenomenologia se faz presente tanto no âmbito da reflexão epistemológica acerca dos fundamentos da ciência quanto na meditação antropológica acerca do sentido da existência.

Existem três grandes tendências fenomenológicas na filosofia brasileira: a inspirada em Husserl/Merleau-Ponty, a inspirada em Heidegger e a inspirada em Paul Ricoeur (hermenêutica).

A preocupação básica da primeira vertente, a inspirada em Husserl/Merleau-Ponty, diz respeito aos fundamentos das ciências humanas, buscando equacionar os elementos constituintes de uma antropologia capaz de dar conta do homem sem comprometer-lhe a facticidade e sem reduzi-lo a mera idealidade transcendente (fenomenologia existencial).

A segunda vertente, de inspiração heideggeriana, tem como preocupação primeira a construção de uma antropologia existencial, na qual a dimensão ontológica possa prevalecer sobre as dimensões ônticas. Essa vertente agrega não apenas estudiosos da área de filosofia, mas também estudiosos de áreas como psicologia, psicanálise, antropologia, educação e comunicação.

A terceira vertente, a fenomenologia hermenêutica propriamente dita, inspirada sobretudo no pensamento de Paul Ricoeur, se caracteriza pela abertura a contribuições epistemológicas de outras correntes filosóficas, especialmente do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo, embora não abandone os pressupostos fenomenológicos das demais vertentes anteriormente mencionadas.

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser que se expressa através de símbolos, para a fenomenologia hermenêutica o sentido da existência humana só pode ser encontrado após um árduo trabalho de decifração desses símbolos mediante os quais ele se expressa. Ressalte-se que a corrente fenomenológica teve grande repercussão no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, sendo esta a única universidade pública do país com volume significativo de estudos e profissionais ligados e/ou agregados a esta vertente.

• **A Dialética:**

A dialética, enquanto metodologia de reflexão filosófica autônoma, tem uma influência marcante na filosofia ocidental a partir de meados do século XIX, constituindo-se como uma tradição de pesquisa destacada no cenário filosófico contemporâneo. No contexto filosófico-cultural brasileiro, a tradição dialética se divide em três grandes vertentes, a saber: a hegeliana, a marxista e a negativa.

No sistema hegeliano, a dialética é tematizada como lógica, como epistemologia e como ontologia, vinculando a historicidade ao logos. A própria realidade é concebida por Hegel como sendo dialética, ou seja, ela vai se produzindo permanentemente através de um

processo de autotransformação, determinado por uma força de contradição que trabalha a realidade por seu interior. O sistema hegeliano domina o cenário filosófico alemão, influenciando a formação das gerações de intelectuais que o sucederam, os chamados “neo-hegelianos”, entre os quais se destacam Feuerbach, Marx e Engels.

Abordando o legado hegeliano de modo particular, Marx se apropria da metodologia dialética tanto como lógica quanto como lei do processo histórico, porém uma história que inclui tão somente a natureza e, sobretudo, a sociedade. Ele queria explicar o processo de formação das sociedades, sem ter que recorrer a qualquer elemento estranho à realidade empírica e natural dessa sociedade humana.

No cenário filosófico brasileiro, esta vertente da dialética se desdobra em três versões com posicionamentos distintos: os marxianos, estudiosos e divulgadores dos escritos e pensamentos de Marx (no Serviço Social podemos citar Marilda Vilela Iamamoto e simpatizantes de seus escritos), os marxistas, pensadores que tendem ao revisionismo (no Serviço Social podemos citar José Paulo Netto e simpatizantes), e os marxólogos, analistas profissionais, nem sempre partidários das posições filosóficas do marxismo. Dentre os vários representantes dessa vertente da dialética, cabe destacar Caio Prado Junior, Leandro Konder, Leôncio Basbaum e José Arthur Giannotti. (No Brasil essa vertente fundamentou a crítica à profissão que culminou na Reconceitualização do Serviço Social e ainda exerce grande influência na direção social do Projeto Ético-Político da Profissão).

A tendência negativa, que tem como matriz fundamental a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, se fez marcante no pensamento teórico brasileiro a partir da década de 1960, sobretudo no que se refere a inflexão que se dá à abordagem da vertente hegeliano-marxista, aproximada e confrontada à perspectiva psicanalítica freudiana.

A apropriação brasileira da rica e complexa teoria crítica frankfurtiana gera pelo menos três grandes orientações para o pensamento filosófico brasileiro: a discussão de inspiração contracultural (inspirados principalmente em Herbert Marcuse), a questão da dominação da indústria cultural (inspirados em Adorno e Horkheimer) e a crítica à instrumentalização da razão (inspirados em Jürgen Habermas). Dentre os diversos representantes desta vertente, cabe destacar Renato Ortiz, Carlos Nelson Coutinho e Sergio Paulo Rouanet. No Serviço Social não tivemos representantes e nem estudos aprofundados destas temáticas, embora Vicente de Paula Faleiros tenha tentado navegar por estas águas. No Serviço Social do Pará, não são comuns textos sobre estas concepções.

• **Os Neo-Humanistas:**

Profundamente insatisfeitos com os modelos antropológicos clássicos, os humanistas contemporâneos vem se empenhando na construção de uma nova antropologia que possa dar conta da sua múltipla experiência existencial. Menos preocupados com os aspectos epistemológicos e lógicos e com as questões relacionadas ao conhecimento, estas correntes priorizam os problemas ético-antropológicos; seu objetivo principal consiste em

compreender o sentido da existência e da ação humana, tanto em natural como em nível social, no seu contexto histórico concreto.

As vertentes mais expressivas desse movimento que mais influenciaram pensamento brasileiro foram o existencialismo, o personalismo, o teilhardismo, o bergsonismo e o buberianismo. O existencialismo tem em Kierkegaard sua problematização abordada filosoficamente, mas é Sartre e Heidegger quem a amplia e aprofunda, influenciando uma série de pensadores tais como Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Alberto Camus, Maurice Blondel, dentre outros.

O personalismo, expresso sobretudo pela obra de Emmanuel Mounier, se diferencia do existencialismo principalmente por atentar não apenas para o primado da existência sobre a essência, mas também para os condicionamentos das estruturas socioeconômicas e ao alcance coletivo da práxis humana.

Elaborada por Teilhard de Chandin, o teilhardismo segue a mesma linha do humanismo personalista, mas já mais próximo da visão teológica do cristianismo, na qual a intervenção divina atua tanto na realidade cósmica como na realidade humana e espiritual, num processo em que a transcendência se constitui na própria imanência.

Posições igualmente vitalistas e evolucionistas fazem de Henri Bergson outro filósofo responsável pela inspiração de um novo humanismo que resgata mais nossa temporalidade histórica e a concretude da vida. Martir Buber, com sua filosofia da intersubjetividade, ao mesmo tempo em que ecoa reflexos da mística judaica, também resgata uma visão do existir humano e, como tal, inspira outros investigadores da filosofia.

Essas várias vertentes neo-humanistas concentram-se, para além de suas respectivas peculiaridades, na afirmação de uma visão do ser humano, unida a uma valorização de sua existência. O ser humano é tomado como valor supremo e central na reflexão filosófica. Esse olhar antropológico-humanista da filosofia exerce grande influência nos pensadores brasileiros.

Dentre esses, além de Henrique Cláudio de Lima Vaz, um dos mais expressivos pensadores humanistas brasileiros, podemos destacar José Luiz de Souza Maranhão, o educador Paulo Freire e outros. No Serviço social do Pará identifica-se simpatizantes desta concepção, não por aprofundamento temático, mas por desconforto político frente aos debates e direcionamento respaldados na orientação marxista no interior do curso.

• **A Arqueogenealogia:**

A Arqueogenealogia não constitui uma forma monolítica de expressão filosófica, se caracterizando por não mais se ater, no plano epistemológico, às fronteiras dos vários campos do saber, conforme estabelecera a epistemologia positivista. Congregando pensadores das áreas de filosofia, psicologia, psicanálise, antropologia, sociologia, artes, literatura, dentre outras, o projeto arqueogenealógico consiste na busca de um certo sentido para o existir humano, no estar integrados num único projeto antropológico aproximando

o ser humano através da discussão das condições de sua existência na trama concreta e imediata do seu modo de ser humano no mundo da cultura.

A arqueogenealogia tem sua inspiração em duas fontes mestras, Nietzsche e Freud. Enquanto Nietzsche é redescoberto e assumido, Freud é reavaliado, suas intenções profundas sendo reaproveitadas no contexto de um projeto antropológico mais amplo que é contemporaneamente desenvolvido por pensadores tais como Michel Foucault, Lacan, Gilles Deleuze, Félix Gattari, Jean Baudrillard, Cornelius Castoriadis e muitos outros.

Esse movimento de redescoberta de Nietzsche e reavaliação de Freud se afirma, sobretudo na Europa e repercute no Brasil, tornando marcantes a presença e a influência dos pensadores europeus ligados a esse movimento. Dentre os diversos representantes desta tendência no Brasil, podemos destacar Rubem Alves, Renato Mezan, Suely Rolnik, Marilena Chauí e outros. No Serviço social do Pará houveram inúmeros docentes que transitaram e ainda transitam pelos textos destes autores.

4 | CONSIDERAÇÕES

O Artigo para além da homenagem aos sessenta anos do curso de Serviço Social da UFPA, teve como objetivo descrever a partir do desenvolvimento da filosofia no Brasil os rumos tomados pelo Serviço Social seja tradicional (ideológico) ou crítico (utópico) e os impactos deste processo na compreensão, interpretação e intervenção na realidade paraense.

O texto não apresentou o processo de desenvolvimento e legitimação da profissão, mas a racionalidade filosófica que direta e indiretamente influenciou no processo de fundamentação da instrumentalidade do Serviço Social em suas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O curso de Serviço Social da UFPA, enquanto prática acadêmica, construiu e reconstruiu sua intervenção histórica, a partir das expressões da questão social, que como contradição e limitação do sistema capitalista se expressam como resultados do antagonismo entre as classes sociais. E o saber filosófico potencializa disposição e compromisso para neste processo, garantir mudanças e/ou um novo pensar.

A realidade do período analisado foi fundamental, não para aceitar, negar ou desmerecer o feito histórico, mais para compreender as organizações e estratégias de lutas que tiveram como palco a realidade brasileira e paraense tecida contraditoriamente no final do século XIX e início do XX. Naquele contexto identifiquei o importante papel do processo educativo e filosófico do Serviço Social para a tomada de posição frente a realidade sócio histórico outrora e atualmente vivenciado.

O artigo, também identificou, que no Serviço Social a Filosofia põe em questão as formas de pensar excludentes e os irracionalismos que buscam justificar intervenções prejudiciais o negro, a mulher, o homossexual, o velho, o pobre, a criança e outros. Abomina

todo tipo de atrocidade, e desqualifica os argumentos que não tenha o outro como sujeito de direitos.

A Filosofia no Serviço Social colocar em dúvida os conceitos prévios (os pré-conceitos) que naturalizam e impedem o estranhamento diante do mundo, tão fundamental na luta contra a barbárie. Assim, destacamos quatro pontos sobre o filosofar no Serviço Social:

- Pôr em dúvida, ideias, práticas e valores, não considerando nada do real como óbvio, normal, natural, mas problemático;
- Avaliar os pressupostos e implicações dos valores, saberes e práticas dominantes;
- Enfrentar o preconceito no âmbito das práticas assistenciais;
- Pensar com e contra uma história da razão pela razão e da prática pela prática. Portanto, construir utopias potencializadoras de uma Amazônia preservada para além do capital, e de relações sociais justas e fraternas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá. São Paulo, Cortez, 1988.

BELLO, José Luiz de Paiva. História da Educação no Brasil – Período Jesuítico. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm>. Acesso em 10/06/2022.

BRASIL, Decreto de Lei N° 4283 de novembro de 1963. Referente a integração da Escola de Serviço Social do Hospital Ophyr Loiola à Universidade Federal do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF.

CABRERA, Júlio. Diário de um Filósofo no Brasil. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2010.

CERQUEIRA, Luís Alberto. “A Ideia de Filosofia no Brasil”. Revista Filosófica de Coimbra, N° 39, 2011, pp. 163-192.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Questão da Metodologia em Serviço Social: reproduzir-se e representar-se. Cadernos ABESS. n°3. São Paulo. Cortez, 1989.

GOMES, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. São Paulo: FDT, 1994. 11ª Edição [Coleção prazer em conhecer].

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 Anos Depois. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n° 84. nov. 2005.

OLIVEIRA, Edelweiss. Perspectivas Hegemônicas e Institucionalização do Serviço Social no Pará. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, 1988.